



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 38180/2018- SEPLAG, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo SEI nº: 00410-00015550/2018-48
SIGGO nº: 38180

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO** portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições previstas no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e de outro lado, a empresa **SERVIX INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.134.191/0001-47 e representada por sua filial de CNPJ nº 01.134.191/0002-28, SIG, Quadra 4, Lote 125, Bloco A, Salas 01, 02, CRUZEIRO/DF, CEP: 70.610-440, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **VANDERLEI ARCANJO CARNIELO CALEJON** portador da cédula de identidade nº 5412384, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 736.875.028-72, na qualidade de Sócio Administrador, celebram, com fulcro na Lei Federal nº 8.666 de 1993, o presente Termo Contratual mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência (15644887), do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2018 (15644740) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que culminou na edição da Ata de Registro de Preço nº 44/2018 (15648687), os Termos de Adjudicação (15645385) e Homologação (15648229) do Pregão Eletrônico, da demanda inicial da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC/SEPLAG) especificada no Despacho SEI-GDF SEPLAG/SUTIC/COCED (15648873) e da Proposta de Preços (15682200), com fundamento na Lei nº 8.248/1991; na Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no Distrito Federal pelo Decreto nº 25.966/2005; Decreto Federal nº 3.555/2000; Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Lei Distrital nº 2.340/1999; Decreto Federal nº 7.174/2010, Decretos Distritais n.ºs: 26.851/2006 e alterações posteriores e 36.520/2015 e 39.103/2018, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014 recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 37.667/2016, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação correlata, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

3.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico *on-site*, conforme condições, especificações e exigências constantes no Termo de Referência ANVISA (15644887), no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 01/2018 – ANVISA (15644740) e seus anexos; na Ata de

Registro de Preços nº 44/2018-ANVISA (15648687) e na Proposta de Preços (15682200) independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento, conforme detalhamento a seguir:

Lote	Item	Descrição	Métrica	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
2	6	Serviço de suporte técnico "on-site".	mês	R\$17.702,48	20	R\$ 354.049,59
VALOR TOTAL - LOTE 02						R\$ 354.049,59

* atualização de software concedida pelo fabricante VMware

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma, Regime de Execução, Entrega e Recebimento dos Produtos

4.1 - O CONTRATO será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93.

4.2 - DA EXECUÇÃO

4.2.1 - As atividades passíveis de execução deverão ser executadas por técnicos certificados pelo fabricante da solução ofertada, sendo obrigatória a apresentação do certificado, se requerido pela CONTRATANTE.

4.2.2 - A CONTRATADA deve alocar profissionais detentores de certificações VCP (*VmWare Certified Professional*) versão 6 ou superior.

4.2.3 - À CONTRATANTE reserva-se o direito de entrevista técnica comprobatória de experiência dos técnicos que prestarão os serviços de suporte técnico por tratar-se de serviço de alta relevância e grau de complexidade.

4.2.4 - A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento, com números de telefone 0800, e-mail de correio eletrônico e endereço web para abertura de chamados online.

4.2.5 - O serviço de suporte técnico "on-site" será contratado de forma mensal, sem limite no número de chamados que possam ser abertos junto à CONTRATADA.

4.2.6 - Para acionamento do suporte técnico *on-site* e atividades que compõe este serviço, será aberto um chamado por parte da CONTRATANTE para a CONTRATADA.

4.2.7 - Toda e qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE deverá ser registrada pela CONTRATADA, em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços;

4.2.8 - Entende-se por término do atendimento, a disponibilidade do ambiente para uso em perfeitas condições de funcionamento, estando condicionado à aprovação da CONTRATANTE, por meio do setor competente.

4.2.9 - Após a conclusão do projeto, a CONTRATADA deverá fornecer documentação do ambiente e todas configurações realizadas (as *built*).

4.3 - DO REGIME, ENTREGA E RECEBIMENTOS DOS PRODUTOS

4.3.1 - O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital nº 01/2018 - ANVISA (15681628):

4.3.1.1 - Prazo de entrega e prestação de serviço

4.3.1.1.1 - O prazo máximo para início das atividades de suporte técnico *on-site* é de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da entrega das licenças referentes ao Lote 01 da Ata de Registro de Preço 44/2018 (15648687).

4.3.1.1.2 - O prazo de início de atendimento e tratamento das demandas deverá estar de acordo com o especificado no item suporte técnico “on site”.

4.3.1.1.3 - Suporte técnico e atendimento ininterruptos e prestados no regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo fim de semana e feriados.

4.3.1.2 - Local de entrega e prestação de serviço

4.3.1.2.1 - A prestação de serviço deverão ocorrer nos locais indicados pelo CONTRATANTE dentro dos limites da capital/município, constantes do termo de referência.

4.3.1.2.2 - A entrega em outras unidades da federação deverá ocorrer nos locais indicados pelo CONTRATANTE dentro dos limites da capital/município, constantes no "Anexo II — Locais de Entrega" do Termo de Referência (15644887).

4.3.1.2.3 - O local de prestação dos serviços poderá ser alterado pelo CONTRATANTE, desde que não haja mudança de cidade e que a CONTRATADA seja comunicada no momento do envio da nota de empenho pela CONTRATANTE.

4.3.1.2.4 - Deverá ser prestado suporte técnico *on-site*, item nº 06, em escala 24x7x365, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) por ano, ininterruptamente, cumprindo os prazos máximos abaixo apresentados:

Severidade	Indicador	Prazo para Início de Atendimento do Chamado*
Baixa	Repasse de conhecimento; consultoria; análise proativa; suporte a ocorrências de baixa severidade item 2.4.1.2 do Termo de Referência), entre outras	48 (quarenta e oito) horas
Média	Ajustes na configuração dos ambientes; tratamento de ocorrências relativas a licenciamento da solução; -apoio na atualização do ambiente; aplicação de patches; suporte a ocorrências de média severidade (item 2.4.1.2 do Termo de Referência), entre outras	24 (vinte e quatro) horas
Alta	Suporte a ocorrências de alta severidade (item 2.4.1.2 do Termo de Referência), entre outras	04 (quatro) horas

4.3.1.3 - Recebimento provisório

4.3.1.3.1 - O Recebimento Provisório relativo à prestação dos serviços realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia imediatamente posterior à comunicação escrita da empresa CONTRATADA referente à conclusão da prestação.

4.3.1.3.2 - O Recebimento Provisório consiste na verificação de conformidade dos equipamentos de fornecimento e dos serviços prestados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is), e a indicação de conteúdo dos volumes entregues em conjunto com a(s) Nota(s) Fiscal(is), observadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (15644887).

4.3.1.4 - Recebimento definitivo

4.3.1.4.1 - O Recebimento Definitivo relativo à prestação de serviços realizar-se-á no prazo máximo de (15) quinze dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, desde que atendidas todas as eventuais solicitações da Comissão de Recebimento da CONTRATANTE.

4.3.1.4.2 - O Recebimento Definitivo consiste na desembalagem e conferência visual de todos os itens fornecidos, e verificação de conformidade com as informações constantes do Termo de Referência (15644887).

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total global do Contrato é de **R\$ 354.049,59 (trezentos e cinquenta e quatro mil quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual, enquanto as parcelas remanescentes serão custeadas à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 - REAJUSTE DE PREÇO

5.2.1 - Os preços poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses de vigência do contrato, na hipótese do artigo 57, II, da Lei nº. 8.666/93, considerando a data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir ou, ainda, da data do último reajuste. O pedido da CONTRATADA deverá ser instruído com Planilha de Formação de Preços, em que fique demonstrada a composição do preço final.

5.2.2 - O índice a ser aplicado para o reajuste é o ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação).

5.2.3 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.2.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 101

6.2 - O empenho é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2018NE01259** (16016353), emitida em 06/12/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor/Comissão Executora do CONTRATO.

7.1.1 - Os valores referentes aos serviços serão pagos em parcelas mensais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento efetuado no mês subsequente ao início da prestação dos serviços, observado os termos estabelecidos pelo Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014 de 12/12/2014.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.4.1 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - As notas fiscais/faturas deverão ser enviadas à contratante, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.

7.7 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão estes restituídos à Contratada para as correções solicitadas, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.8 - A CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

7.9 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

7.9.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.9.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9.3 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.9.4 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

7.10 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.

7.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária

quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz *jus* ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13 - Os pagamentos efetuados pela contratante não isentam a contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

7.15 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.16 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

7.16.1 - A multa será descontada da garantia do respectivo contrato; e

7.16.2 - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.17 - Serviços não aprovados ou solicitados e não prestados em conformidade com as especificações das ordens de serviço não serão pagos.

7.18 - A forma de pagamento se dará conforme o quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	FORMA DE PAGAMENTO
6	Serviço de suporte Técnico On-Site	Pagamento mensal vinculado à execução de ordem de serviço específica, após a entrega da Nota Fiscal e emissão, por parte da CONTRATANTE, do Termo de Recebimento Definitivo.

7.19 - O serviço de suporte técnico será precificado integralmente para todas as licenças pretendidas, no entanto, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, no caso de algum dos itens que compõem o Lote 01 do respectivo Pregão Eletrônico, não ser adquirido em sua totalidade o pagamento mensal previsto será calculado proporcionalmente a quantidade de licenças adquiridas, ou seja, o valor mensal da proposta da licitante vencedora será dividido pelo número de licenças registradas e multiplicado pela quantidade de licenças contratadas:

$$VP = VM / QL = R \times QC$$

Onde:

VP = Valor Mensal a Pagar

VM = Valor Mensal da Proposta Vencedora

QL = Quantidade de Licenças Registradas

R = Resultado da Divisão

QC = Quantidade de Licenças Contratadas

7.20 - Lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA deve apresentar, para liquidação e pagamento da despesa nota fiscal/fatura discriminada, em 2(duas) vias, acompanhada dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

7.21 - A CONTRATADA deverá encaminhar, a Nota Fiscal/Fatura em nome da CONTRATANTE, descontadas quaisquer eventuais glosas de valores, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

7.22 - As Notas Fiscais/Faturas deverão conter o nome da CONTRATADA, CNPJ, número de Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente da CONTRATADA, descrição do objeto contratado, além das devidas conferências e atestos por parte da fiscalização.

7.23 - O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, à Seguridade Social — CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — CRF e às Fazendas Federal; Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede; além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2018 (15644740).

7.26 - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.27 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.28 - Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, conforme o caso, o Imposto sobre a renda da pessoa Jurídica (IRPJ); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição para o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária na forma da legislação em vigor.

7.29 - As notas fiscais de bens e serviços devem ser emitidas de forma a evidenciar os diferentes tipos de bens e serviços e as respectivas alíquotas.

7.30 - Observar-se-á, quanto ao pagamento, o disposto no Artigo 5º e no Artigo 40, § 4º, Inciso 11, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

7.31 - Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, que não for o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiver declarações inexatas, que estiver preenchido de forma ilegível ou apresentar emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

7.32 - Do pagamento efetuado poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas e as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

7.33 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendências de liquidação ou quaisquer obrigações financeiras que lhe sejam impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

7.34 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a ser incluído na fatura do mês seguintes ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I=Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365$$

$$I = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.35 - A CONTRATANTE efetuará retenção ou glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA, deixar de prestar a garantia contratual prevista neste Termo Contratual, até a completa regularização.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

8.1 - O prazo de vigência deste Contrato é de **20 (vinte) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

8.1.1 - Os serviços tenham sido prestados regularmente;

8.1.2 - A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

8.1.3 - O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

8.1.4 - A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

8.1.5 - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.2 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, equivalente a quantia de **R\$ 17.702,48 (dezesete mil setecentos e dois reais e quarenta e oito centavos)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 05/2017-MPDG, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V - A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 20 (vinte) meses, e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

b) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

c) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Regional de Brasília (BRB), na Agência 0100, Conta Corrente nº 800482-8, registrada em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), CNPJ nº 00.394684/0001-53, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

d) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

e) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

g) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

h) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

i) A garantia prevista no item 9.1 somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido em legislação que rege a matéria.

9.3 - Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições do subitem 9.1 deste Instrumento.

9.4 - DA GARANTIA DO SUPORTE TÉCNICO ON-SITE

9.4.1 - A garantia deverá ser prestada na modalidade *on site*, na sede da CONTRATANTE na modalidade 24/7, a partir da comunicação de incidente pela CONTRATANTE, via serviço gratuito telefônico, ou outro meio indicado pela CONTRATADA.

9.4.2 - A disponibilidade da solução será mantida mediante manutenção corretiva e suporte técnico, a fim de manter a solução em perfeitas condições de uso.

9.4.3 - Estão excluídas da garantia os problemas derivados de mau uso, imperícia, furto de componentes e danos derivados de corrente elétrica inadequada.

9.4.4 - Os serviços de suporte técnico *on-site* abrangem todos os softwares objeto deste Contrato (VMware vCenter Server Standard Edition; VMware vCloud Suite Advanced; VMware NSX Advanced; VMware VM300).

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - A CONTRATANTE obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas no Termo de Referência constante no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 01/2018 – ANVISA e seus anexos (15681628) e no instrumento em tela, e em especial:

10.1.1 - Realizar a fiscalização e o acompanhamento administrativo dos serviços prestados, indicando para tanto ao menos um servidor específico a quem o representante da CONTRATADA deverá reportar-se administrativamente, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades, dirimir dúvidas sobre questões que devam estar em conformidade com as normas da SEPLAG/DF, e conduzir situações emergenciais;

10.1.2 - Expedir a ordem de fornecimento de bens;

10.1.3 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

10.1.4 - Solicitar, quando julgar conveniente, informações relativas à execução contratual, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da Fiscalização sobre a ação da CONTRATADA;

10.1.5 - Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento dos serviços contratados, acompanhamento este que não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros;

10.1.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;

10.1.7 - Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas ou qualquer anormalidade na execução do objeto pactuado, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

10.1.8 - Solicitar à empresa contratada, sempre que necessárias todas as providências ao bom andamento da execução contratual;

10.1.9 - Permitir aos funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, encarregados da execução contratual, completo e livre acesso aos locais de execução, possibilitando-lhes executá-los e procederem às verificações técnicas necessárias;

10.1.10 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas, após conferência e o atesto do Fiscal do Contrato;

10.1.11 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.12 - Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados de acordo com o contratado;

10.1.13 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

10.1.14 - Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam qualificados ou entendidos como prejudiciais, inconvenientes, inadequados ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

10.1.15 - Notificar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ou anormalidade encontrada, fixando prazo para as correções pertinentes, bem como toda e qualquer ocorrência relevante;

10.1.16 - Requisitos de Segurança:

10.1.16.1 - Identificar qualquer equipamento da CONTRATADA que venha a ser instalado nas dependências da SEPLAG/DF, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc;

10.2 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato.

11.2 - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

11.3 - Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente de acordo com instruções a serem fornecidas.

11.4 - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária e recusar os materiais e equipamentos empregados que julgar inadequado.

11.5 - Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para a prestar os serviços de suporte técnico “on site” e garantia.

11.6 - Não transferir total ou parcialmente o objeto do Contrato, salvo se expressamente autorizado pelo contratante.

11.7 - A CONTRATADA deverá se reunir, quando solicitada, com a CONTRATANTE, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento da execução contratual, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir, a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades.

11.8 - Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados.

11.9 - A CONTRATADA não poderá fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não sejam em absoluto cumprimento ao contrato, exceto quando expressamente autorizada.

11.10 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

11.11 - A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

11.12 - Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados a CONTRATANTE, ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, sem excluí-la ou reduzi-la em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.13 - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e atender prontamente às reclamações dele emanadas.

11.14 - Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato os eventuais casos fortuitos e/ou de força maior, impeditivos à perfeita execução contratual.

11.15 - Fornecer à equipe de trabalho os equipamentos e o ferramental, com seus acessórios, necessários à execução contratual, assumindo a responsabilidade pelo transporte, guarda, carga e descarga dos mesmos.

11.16 - Acatar as determinações do fiscal do contrato que poderá sustar, total ou parcialmente, a

execução contratual mal executada ou sempre que considerar a medida necessária.

11.17 - Atender, de imediato, à solicitação, do fiscal do contrato, de substituição de funcionário em razão de conduta inconveniente ou incapacidade técnica, que não estiverem a contento da CONTRATANTE.

11.18 - Toda e qualquer movimentação de material nas dependências da CONTRATANTE, referente à prestação de serviços constante neste contrato, correrá à conta da CONTRATADA e será realizada por seus colaboradores, sendo proibida a utilização de servidores da CONTRATANTE ou outros terceirizados que prestem serviços a ela.

11.19 - A CONTRATADA deverá disponibilizar meios para a equipe técnica da CONTRATANTE possa acompanhar os atendimentos da garantia e do suporte técnico *on-line*, em portal *web* com acesso controlado por senha.

11.20 - SÃO EXPRESSAMENTE VEDADAS À CONTRATADA:

11.20.1 - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

11.20.2 - a veiculação de publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

11.20.3 - caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.20.4 - interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

11.21 - Os itens devem apresentar no mínimo as especificações detalhadas no item 9 e 16 do Termo de Referência, anexo do Edital nº 01/2018 - ANVISA (15681628).

11.21.1 - ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.21.1.1 - Requisitos do Negócio

11.21.1.1.1 - O serviço de suporte técnico *on-site* deverá ser prestado por técnicos vinculados à empresa CONTRATADA, com o perfil necessário e requerido neste documento, sempre respeitando as melhores práticas definidas pelo fabricante da solução.

11.21.1.1.2 - A garantia dos produtos que compõe a solução de virtualização deverá ser cumprida nos termos deste Contrato e Edital nº 01/2018 - ANVISA (15681628).

11.21.1.1.3 - Para acionamento do suporte técnico *on-site* e atividades que compõe este serviço, será aberto um chamado por parte da CONTRATANTE para a CONTRATADA.

11.22.1.2 - Requisitos de Segurança:

11.22.1.2.1 - Quanto ao acesso físico, a CONTRATADA:

11.22.1.2.1.1 - Deverá credenciar junto a CONTRATANTE, seus profissionais, caso seja necessário, o acesso às instalações dos órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal para prestação de serviços;

11.22.1.2.1.2 - Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços, objeto deste Contrato, sem prévia autorização;

11.22.1.2.1.3 - Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação - TI da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG/DF);

11.22.1.2.1.4 - Quanto à confidencialidade dos dados, a CONTRATADA:

11.22.1.2.1.4.1 - Deverá manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da CONTRATADA, conforme itens de instrumento de confidencialidade próprio da CONTRATADA;

11.22.1.2.1.4.2 - Relatar eventos potenciais ou reais de segurança da informação ou outros riscos de segurança para a CONTRATADA;

11.22.1.2.1.4.3 - Poderá ser auditada sua navegação em sítios da internet e a utilização de quaisquer equipamentos;

11.22.1.2.1.4.4 - É integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar.

11.22.1.3 - Requisitos de Implementação:

11.22.1.3.1 - A CONTRATADA deverá providenciar a aplicação de todas as correções, atualizações e *upgrades* dos produtos que vierem a ser cobertos por garantia, liberados até a data da conclusão da implantação, devendo encaminhar documentação, em meio eletrônico, que comprove a aplicação das atualizações;

11.22.1.3.2 - Quaisquer atualizações das documentações mencionadas deverão ser fornecidas, sem ônus, durante o período de garantia de todos os softwares, caso a CONTRATANTE solicite;

11.22.1.4 - Requisito de Experiência Profissional da Equipe

11.22.1.4.1 - As atividades deverão ser desempenhadas por profissional certificado pelo fabricante na solução ofertada.

11.22.1.4.2 - A CONTRATADA, tanto para o Lote 1, quanto para o Lote 2, deverá possuir em seu quadro de funcionários, pelo menos:

11.22.1.4.2.1 - Dois profissionais com a certificação VmWare Certified Professional – *Datacenter Virtualization* 6 ou superior;

11.22.1.4.2.2 - Um profissional com a certificação VmWare Certified Professional – *Network Virtualization* 6 ou superior;

11.22.1.4.2.3 - Um profissional com a certificação VmWare Certified Advanced Professional – *Datacenter Virtualization* 6 ou superior; ou certificação VmWare Certified Professional – *Cloud Management and Automation*.

11.22.2 - ESPECIFICAÇÕES DO ITEM ADQUIRIDO:

11.22.2.1 - Item 6 - Serviço De Suporte Técnico “On-Site”

11.22.2.1.1 - O serviço de suporte técnico “on-site” não se confunde com a garantia do fabricante aplicável as licenças adquiridas.

11.22.2.1.2 - O serviço de suporte técnico será precificado integralmente para todas as licenças pretendidas, no entanto, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, no caso de algum dos itens que compõem o Lote 01 não ser adquirido em sua totalidade o pagamento mensal previsto será calculado proporcionalmente a quantidade de licenças adquiridas, ou seja, o valor mensal da proposta da licitante vencedora será dividido pelo número de licenças registradas e multiplicado pela quantidade de licenças contratadas, conforme constante no subitem 7.19 deste Instrumento.

11.22.2.1.3 - Todas as atividades de suporte técnico deverão ser executadas segundo as melhores práticas do fabricante em termos de desempenho, disponibilidade e segurança, por técnico certificado por este, de modo a garantir total interoperabilidade no ambiente computacional da CONTRATANTE.

11.22.2.1.4 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, quando da execução demandadas pela CONTRATANTE.

11.22.2.1.5 - Suporte *on-site* por período de 20 (vinte) meses contemplando as seguintes atividades e características:

11.22.2.1.5.1 - Todo suporte técnico “on-site” dos itens expostos nesse contrato é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

11.22.2.1.5.2 - Serviços de suporte técnico compreendem o atendimento para identificação e correção de falhas ou inconsistências detectadas nos produtos, inclusive nas suas configurações e parametrizações, também se aplica na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de

dúvidas, de forma a garantir o perfeito funcionamento e utilização dos softwares, de acordo com o estabelecido nos manuais que acompanham o produto.

11.22.2.1.5.3 - Os serviços de suporte técnico *on-site* abrangem os seguintes softwares: *VMware vCenter Server Standard Edition; VMware vCloud Suite Advanced; VMware NSX Advanced; VMware VM300.*

11.22.2.1.5.4 - Suporte técnico e atendimento ininterruptos e prestados no regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo fim de semana e feriados.

11.22.2.1.6 - A CONTRATADA deverá disponibilizar uma central de atendimento, com números de telefone 0800, e-mail de correio eletrônico e endereço web para abertura de chamados online.

11.22.2.1.7 - A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE sobre a descoberta de erros (bugs) no software durante toda a vigência do contrato. A descrição destes erros e seus possíveis impactos devem ser divulgados para a contratante, tão logo sejam identificados.

11.22.2.1.8 - Suporte na modalidade remoto e presencial, de acordo com a demanda da CONTRATANTE.

11.22.2.1.9 - Resolução de dúvidas e esclarecimentos relativos à utilização e configuração das funcionalidades do ambiente do software.

11.25.2.1.10 - Resolução de dúvidas relativas ao licenciamento do software e validação da conformidade do ambiente da CONTRATANTE em relação às regras de licenciamento do fabricante.

11.22.2.1.11 - Resolução de problemas de desempenho do ambiente do software.

11.22.2.1.12 - Resolução de problemas do software que limitem ou impeçam o desenvolvimento e/ou execução das aplicações da CONTRATANTE que façam uso efetivo das suas funcionalidades.

11.22.2.1.13 - O serviço de suporte será prestado em idioma português do Brasil.

11.22.2.1.14 - A CONTRATANTE poderá efetuar um número ilimitado de chamados de suporte durante a vigência da garantia para suprir suas necessidades de utilização do software.

11.22.2.1.15 - Como parte do suporte técnico oferecido, deverá ser realizado, sem ônus para a CONTRATANTE:

11.22.2.1.15.1 - Planejamento para migração/atualização do ambiente atual para a solução ofertada;

11.22.2.1.15.2 - Planejamento, design e implementação customizada da solução ofertada.

11.22.2.1.15.3 - Após a conclusão do projeto, a CONTRATADA deverá fornecer documentação do ambiente e todas configurações realizadas (as *built*).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito

Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - DAS ESPÉCIES

13.2.1 - Caso a CONTRATADA não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006**, e suas alterações, e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - DA ADVERTÊNCIA

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - DA MULTA

13.4.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou

retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem **13.4.1**.

13.4.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - DA SUSPENSÃO

13.5.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a CONTRATADA permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a CONTRATADA deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento da contratação;

II - o ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV, do subitem 13.5.1, poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.6.1 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - DAS DEMAIS PENALIDADES

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - DO DIREITO DE DEFESA

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5

(cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.5 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 desta Cláusula de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações e as e as previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018-ANVISA** a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações contratuais.

13.11 - DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE.

13.11.2 - Os prazos referidos nesta Cláusula só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão Amigável

14.1 - O CONTRATO poderá ser dissolvido, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art. 79, II, da Lei n.º 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2 - É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - Constituirão também motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de prazo:

15.2.1. Manifesta deficiência do produto;

15.2.2 - Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;

15.2.3. Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço, salvo em caso de autorização expressa da CONTRATANTE;

15.2.4. Falência ou insolvência;

15.2.5. Atrasar a entrega do produto em prazo superior a 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação permanente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Fiscalização

17.1 - O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará Executor/Comissão Executora para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2 - A CONTRATANTE designará agentes fiscalizadores para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato. O gestor e fiscais de contrato terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle quanto execução contratual, devendo atuar em conformidade com as normas aplicáveis.

17.3 - A CONTRATANTE designará um servidor e um substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão, ser comunicadas formalmente à autoridade superior em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

17.4 - A CONTRATADA designará 3 (três) fiscais sendo, um técnico, um administrativo e um do setor requisitante, para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato. O fiscal administrativo será indicado especialmente designado pelo Órgão Requisitante, entre os servidores da área demandante.

17.5 - Os serviços, objeto deste contrato, estarão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas, obrigando-se a CONTRATADA a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

17.6 - À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços previstos neste contrato e de tudo dará ciência à CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

17.7 - A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme previsão do Art. 70 da Lei no 8.666/1993.

17.8 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Propriedade Intelectual

18.1 - Todas as informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA, em nenhuma hipótese, as utilizar ou divulgar, para qualquer finalidade, sem prévia autorização formalizada da CONTRATANTE;

18.2 - Todos os materiais, inclusive, sem limitações: documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações, dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, exemplos: CDs, DVDs, discos, fitas, gravações de qualquer natureza e por qualquer meio, bem como relatórios, planilhas, gráficos, apresentações, etc.), fornecidos pela CONTRATANTE e/ou pelo responsável, incluindo informações confidenciais, quaisquer dados, documentos ou materiais elaborados pelo responsável em função das avaliações, discussões, negociações, celebrações de acordos e resultantes das revelações aqui previstas, serão e permanecerão sendo de propriedade da CONTRATANTE.

18.3 - Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pelo responsável, que contenham ou reflitam de outra maneira as informações confidenciais, próprias ou reveladas pela CONTRATANTE serão também consideradas informações confidenciais, e serão havidas como propriedade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Confidencialidade

A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados ou informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que seus funcionários venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Da Subcontratação e da Participação de Consórcio

20.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

20.2 - A vedação de que trata o item 20.1, no caso da presente contratação, se deve, ao fato de que não há como se delimitar qual parcela do objeto poderá ser subcontratada e, conforme entendimento do TCU as principais parcelas do objeto, assim entendidas aquelas caracterizadas como as “de maior relevância” e determinantes das exigências de qualificação técnica, não podem ser subcontratadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Da proibição de Conteúdo Discriminatório

18.1 - Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.2 - É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Da Proibição de Utilização de Mão de Obra Infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento

do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

RENATO JORGE BROWN RIBEIRO

Secretário de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

VANDERLEI ARCANJO CARNIELO CALEJON

Sócio Administrador



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 17/12/2018, às 10:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **vanderlei Arcanjo Carnielo Calejon, Usuário Externo**, em 17/12/2018, às 12:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **16376431** código CRC= **D7376852**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

3313-8160